REPÚBLICA PORTUGUESA

XXV GOVERNO CONSTITUCIONAL

Orçamento do Estado 2026

Nota Explicativa

Cultura, Juventude e Desporto

Índice

Visão Estratégica 3
Objetivos para 2026 e impacto positivo 5
Entidades da Administração Pública abrangidas 13
Custo das Medidas e fontes de financiamento 21
Observações 27

Visão Estratégica

A criação de um Ministério que congrega as áreas da cultura, juventude, desporto e igualdade reflete uma visão estratégica e integrada da ação governativa, centrada na promoção do bem-estar, da coesão social e do desenvolvimento sustentável. Esta opção política resulta do reconhecimento de que estas áreas, embora distintas, possuem uma natureza transversal, tendo um impacto estruturante na sociedade e partilhando um potencial transformador comum.

A política cultural do XXV Governo Constitucional assenta na valorização da cultura como setor estratégico para o País. Nesse sentido, este Orçamento reforça o investimento na cultura, prosseguindo o compromisso de aumentar em 50% o valor atribuído à Cultura até 2028 em relação em 2024. Este reforço orçamental traduz-se na concretização de compromissos estruturantes já assumidos. É o caso da regulamentação da gestão do Fundo de Fomento Cultural, essencial para garantir maior transparência, previsibilidade e rigor no apoio à cultura; da Revisão do Regime do Mecenato Cultural, para o tornar mais atrativo e capaz de mobilizar recursos para a preservação, programação e criação; da generalização dos bilhetes gratuitos para acompanhantes de pessoas com deficiência e da criação do selo de acessibilidade para equipamentos culturais, promovendo uma política cultural verdadeiramente inclusiva; e ainda do reforço aos setores das artes performativas, do cinema, do teatro e das diferentes expressões artísticas que dão vida ao território e à diversidade cultural do País. Paralelamente, é reafirmada a importância da projeção internacional da cultura portuguesa, reforçando-se a ligação às comunidades no estrangeiro, promovendo a internacionalização das indústrias culturais e criativas e valorizando o papel da língua portuguesa, de modo a consolidar uma presença ativa, influente e reconhecida de Portugal no mundo.

No que respeita à juventude, as políticas do Governo procuram criar condições para que os jovens possam desenvolver os seus projetos de vida em Portugal, evitando a emigração por falta de oportunidades e promovendo a retenção de talento. Nesse sentido, a Agenda Nacional da Juventude (ANJ) constitui uma resposta integrada a estes desafios, definindo prioridades e medidas articuladas que contribuam para um futuro mais sustentável e inclusivo das novas gerações. Entre as iniciativas em destaque encontram-se o IRS Jovem, a isenção de IMT, imposto do selo e emolumentos, bem como o reforço da Garantia Pública, medidas que aumentam o rendimento disponível e facilitam a autonomização dos jovens. Paralelamente, são desenvolvidas ações de promoção da saúde mental e estilos de vida saudáveis, nomeadamente através do Programa Cuida-te. No Ensino Superior, sublinha-se o alargamento da oferta de camas para estudantes deslocados, respondendo a uma necessidade estrutural. Atendendo aos riscos sociais e de segurança identificados, o Governo mantém ainda como prioridade o combate ao *bullying* no contexto escolar, assegurando a continuidade e o reforço das iniciativas já em desenvolvimento.

No setor do desporto, a política governativa visa promover a prática generalizada de atividade física, combater o sedentarismo e fomentar o desporto como ferramenta de inclusão e saúde pública. O Governo aposta na expansão do Programa Nacional de Desporto para Todos e na criação de um plano nacional de desenvolvimento desportivo com vista a aproximar o investimento direto no Desporto e os indicadores de prática desportiva da população portuguesa da média dos países da União Europeia. Paralelamente, mantém-se um forte compromisso com o desporto de alto rendimento, incluindo o apoio à preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Los Angeles 2028. A inclusão continuará a ser promovida através do investimento no desporto paralímpico e surdolímpico, reforçando-se ainda o combate a condutas ilícitas, como a violência e o *doping*, de modo a garantir integridade, ética e segurança no Desporto.

A igualdade e a não discriminação são pilares fundamentais da ação governativa. Nesse sentido, o Governo compromete-se a combater desigualdades, promovendo a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar e reforçando o combate a todas as formas de segregação. A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação prosseguirá como eixo central da política pública, com maior foco na capacitação de públicos estratégicos, na prevenção da violência e no reforço do apoio às vítimas de violência doméstica. Simultaneamente, o Governo continuará a intensificar o combate ao tráfico de seres humanos, através de medidas de prevenção, apoio institucional e articulação interministerial e internacional.

A transversalidade das políticas culturais, juvenis, desportivas e de igualdade exige uma governação que promova a cooperação interministerial. A cultura não se limita ao setor artístico; cruza-se com a educação, a economia, o turismo, a ciência e a coesão territorial. As políticas de juventude não se esgotam na ação direta sobre os jovens, mas implicam medidas em áreas como a habitação, o emprego, a saúde e a educação. O desporto, para além da competição, é uma ferramenta de saúde pública, de inclusão social e de desenvolvimento local. A igualdade tem de ser um princípio estruturante de todas as políticas públicas, garantindo que nenhuma pessoa é deixada para trás. A integração destas áreas num mesmo Ministério permite uma abordagem mais eficaz aos grandes desafios contemporâneos: combater as desigualdades, promover a inclusão, valorizar a diversidade, reter e atrair talento jovem, democratizar o acesso à cultura e ao desporto e garantir a igualdade de oportunidades para todas as pessoas. Esta visão integrada é determinante para construir um País mais coeso, resiliente e preparado para o futuro.

Objetivos para 2026 e impacto positivo

Cultura

É imperativo continuar a enfrentar de forma determinada o subfinanciamento crónico que tem limitado, de forma persistente, a capacidade de ação cultural, que tem vindo a comprometer a preservação e valorização do património, o estímulo à criação artística e o acesso efetivo das pessoas à cultura. A excessiva centralização da oferta cultural, a assimetria territorial na distribuição de recursos, a escassez de programação diversificada fora dos grandes centros urbanos e os baixos níveis de participação cultural exigem uma resposta política clara, consistente e transformadora.

Neste sentido, o Governo compromete-se com a implementação de uma política cultural assente em três pilares: investimento reforçado, planeamento estratégico e ação descentralizada, garantindo, desta forma, a pluralidade da oferta e a representatividade das diferentes expressões culturais em todo o território nacional. Será promovida a criação de programas de apoio que respondam às especificidades locais e setoriais, assegurando uma cultura mais acessível, qualificada e integrada nas dinâmicas sociais e económicas contemporâneas.

Ciente da natureza transversal da cultura e da sua articulação com outras áreas de governação, como a educação, a ciência, a economia, o turismo, saúde, igualdade, ambiente e a coesão territorial, o Governo desenvolverá programas interministeriais e multissectoriais, reforçando sinergias entre entidades públicas e promovendo parcerias com o setor privado, as autarquias, os agentes culturais e a sociedade civil. Em articulação com dinâmicas internacionais e europeias, estas medidas visam consolidar uma política cultural mais robusta, inclusiva e orientada para o futuro, assegurando a democratização do acesso, a valorização da diversidade e o reconhecimento pleno da cultura enquanto direito fundamental e motor de desenvolvimento.

O Governo compromete-se ainda a apoiar a realização de Ponta Delgada – Capital Portuguesa da Cultura 2026, promovendo a valorização da Região Autónoma dos Açores, o dinamismo das suas comunidades artísticas e a afirmação da região no contexto nacional e internacional.

Finalmente, o Governo está também fortemente empenhado em executar as linhas programáticas do Évora Capital Europeia da Cultura 2027, designadamente através da valorização da qualidade da vida, qualificação do espaço público e patrimonial e da consolidação de uma oferta cultural e artística inovadora e criativa, do fortalecimento do setor cultural e da promoção e projeção turística da cidade e da região, tanto a nível europeu como mundial.

Promoção da criação artística e democratização do acesso à cultura

O Governo prosseguirá com políticas culturais que incentivem a criação, a divulgação e fruição cultural nas diversas áreas disciplinares e em todo o território. De destacar o apoio à criação, produção e promoção cinematográfica e audiovisual, bem como à sua projeção internacional. Considerando os resultados da consulta pública lançada no final da anterior legislatura, será aperfeiçoado e implementado o programa SCRI.PT, visando o desenvolvimento, a internacionalização e a competitividade das produções audiovisuais e cinematográficas, além da preservação, digitalização e conservação do património fílmico nacional.

É também prioridade do Governo garantir o acesso efetivo de todos os cidadãos à cultura. O Governo reforçará a promoção da diversificação e inclusão de públicos, assegurando que as atividades culturais chegam a todos os segmentos da população e respeitam a pluralidade cultural.

Nestes domínios, assumem-se as seguintes medidas:

- Revisão do regime legal do mecenato cultural, tornando-o mais atrativo e capaz de mobilizar recursos, de forma a flexibilizar e intensificar as práticas de preservação, programação e criação;
- Implementação do novo regulamento do Fundo de Fomento Cultural, com o objetivo de assegurar uma gestão mais transparente, previsível e rigorosa de verbas/dotações orçamentais, promovendo a eficiência económico-financeira;
- Desenvolvimento de uma certificação que permita distinguir os equipamentos culturais verdadeiramente acessíveis;
- Generalização de bilhetes grátis para acompanhantes de pessoas com deficiência, conforme já é aplicado em algumas instituições e eventos culturais;
- Aprofundamento e reforço do acesso gratuito da comunidade escolar a Museus, Monumentos e Teatros do Estado;
- Reforço criterioso e quantitativo do apoio às bandas filarmónicas e às orquestras regionais;
- Concretização do Programa Oficial das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e dos 50 anos do 25 de Novembro e celebração de outras datas de elevado significado histórico nacional;
- Criação do Comissariado Nacional para as celebrações relevantes dos 900 anos da Batalha de São Mamede;
- Aposta na promoção da programação da Estrutura de Missão do V Centenário do Nascimento de Luís de Camões
- Reforço dos apoios a projetos nas diversas áreas de criação artística, com especial atenção para as artes performativas e visuais, a música e as artes de rua, na sua relação com as indústrias criativas;
- Promoção da presença de artistas nas escolas;
- Apoio à implementação de estratégias culturais de desenvolvimento a nível local e sub-regional.

Proteção e valorização do património cultural

É objetivo do Governo promover a proteção e valorização do património cultural, garantindo a sua conservação, restauro, salvaguarda e transmissão às gerações futuras, bem como a preservação do seu valor histórico, artístico e simbólico. Este esforço será acompanhado pela promoção da sua divulgação e fruição pública, através de iniciativas que facilitem o acesso, o conhecimento e a compreensão do património enquanto expressão da nossa identidade e memória coletiva.

Neste âmbito, uma das principais prioridades do Governo é a execução e conclusão do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), designadamente dos investimentos previstos na Componente do Património Cultural, garantindo o cumprimento rigoroso dos prazos e dando resposta adequada aos exigentes critérios de conservação e restauro. Paralelamente, o Governo prosseguirá com a execução dos investimentos associados às redes culturais e à transição digital, valorizando equipamentos culturais, promovendo a digitalização dos acervos e reforçando o acesso público ao património através de meios digitais inovadores.

Entre as medidas previstas, destacam-se:

- Reforço das medidas de salvaguarda do património, como a inventariação, classificação, reabilitação e restauro, envolvendo comunidades locais e instituições culturais;
- Aprofundamento dos modelos de gestão do património, com vista, entre outras, a uma maior representatividade nos diversos territórios do País, essencial às metodologias de inventariação, estudo e preservação;
- Continuação e reforço do trabalho de articulação entre os serviços competentes da área governativas das finanças e cultura para assinatura de protocolos entre o Estado (ESTAMO, S.A. e Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, I.P.) e as autarquias, para realização de obras em monumentos nacionais e imóveis classificados nos respetivos territórios;
- Criação de um plano específico de inventariação e reabilitação dos edifícios com maior valor cultural;
- Prossecução dos estudos sobre os efeitos das alterações climáticas no património, priorizando zonas de risco máximo, e o desenvolvimento de planos de mitigação;
- Definição e implementação de ações que contribuam para a identificação, estudo, valorização, salvaguarda, monitorização e preservação do património cultural subaquático em espaços sob soberania e jurisdição nacional;
- Reforço da democratização do acesso aos museus, monumentos e palácios tutelados pelo Ministério da Cultura, Juventude e Desporto.

<u>Promoção da criação literária, da leitura e do património arquivístico</u>

É objetivo do Governo valorizar a língua e a literatura portuguesa. Para esse efeito, estão a ser desenvolvidos programas destinados a incentivar a criação literária e a consolidar hábitos de leitura, com especial enfoque na população mais jovem. Entre as medidas previstas, incluem-se o lançamento da 2ª edição do Cheque Livro e o lançamento dos novos programas de bolsas de criação literária, destinados a apoiar autores emergentes e a diversificar a produção literária nacional. Em 2026, serão abertas as candidaturas para a primeira edição do Prémio Nacional de Banda Desenhada.

Paralelamente, pretende-se preservar, promover e difundir o património arquivístico do nosso País. O Governo está empenhado na modernização do sistema nacional de arquivos, recorrendo às novas tecnologias para simplificar e tornar mais eficientes os processos de gestão arquivística, em particular os de classificação, avaliação e acesso à informação.

Pretende-se, igualmente, assegurar melhores condições de preservação da informação arquivística de valor permanente, otimizar a gestão do património digital do País e permitir a identificação e eliminação de informação obsoleta, libertando, assim, espaço físico e recursos na Administração Pública.

Para a concretização destes objetivos serão desenvolvidas as diligências necessárias à aprovação e concretização do Regime Jurídico de Classificação e Avaliação da Informação Arquivística, bem como do respetivo Regulamento Geral, garantindo um enquadramento normativo atualizado, coerente e eficaz para a gestão do património arquivístico nacional.

Juventude

O Governo assume o compromisso de criar condições que permitam aos jovens desenvolver os seus projetos de vida em Portugal, garantindo que o acesso à educação, ao emprego, à habitação e à saúde se traduza em oportunidades reais de autonomia e realização pessoal. O Governo considera que a juventude constitui um ativo estratégico fundamental para o desenvolvimento económico, social e cultural de Portugal. Representa uma faixa populacional com elevado potencial transformador, portadora de energia criativa, inovação, espírito crítico e capacidade de adaptação — qualidades essenciais para enfrentar os desafios do presente e projetar um futuro mais sustentável, inclusivo e resiliente. Esta visão integrada dos desafios que os jovens enfrentam e da importância dos mesmos na sociedade permite desenhar e desenvolver políticas integradas e estruturadas que asseguram um futuro sustentável para as novas gerações. Neste sentido, procuramos combater a emigração forçada pela falta de oportunidades, promover a retenção e valorização do talento jovem e assegurar a participação ativa das novas gerações na vida económica, social e cívica do País.

Apoio aos Jovens para concretização dos seus projetos de vida em Portugal

O Governo reconhece os desafios que se colocam aos jovens portugueses, nomeadamente no domínio da autonomização e da concretização dos seus projetos pessoais e profissionais, que têm contribuído para a emigração jovem.

Para responder a estes desafios, o Governo dá continuidade às medidas implementadas em 2025, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos jovens que permanecem em Portugal, bem como de tornar o País atrativo para aqueles que partiram País. Nesse sentido, será mantido o alívio da carga fiscal dirigido à juventude. Através do IRS Jovem, pretende-se aumentar o rendimento disponível, proporcionar previsibilidade e criar um impulso estrutural na fase inicial das suas vidas profissionais – nos primeiros dez anos de carreira e/ou até aos 35 anos.

A habitação, um dos principais desafios sociais do País, afeta particularmente a população mais jovem. Com o objetivo de facilitar o acesso dos jovens à primeira habitação, será assegurada a continuidade do IMT Jovem, que reduz os encargos associados à compra, e da Garantia Pública para a Habitação Jovem, que facilita o acesso ao crédito e mitiga as barreiras financeiras à autonomização. O reforço do Programa Porta 65 Jovem permitiu aumentar significativamente o número beneficiários, consolidando-se como um instrumento essencial de apoio à fixação jovem.

O alojamento estudantil é também uma prioridade. Assim, em 2026, prosseguirá o reforço do investimento no alojamento para estudantes, contribuindo para reduzir as barreiras de acesso e permanência no ensino superior, sobretudo para as famílias economicamente mais vulneráveis.

Com vista à promoção de estilos de vida saudáveis, ativos e equilibrados, e atentos aos desafios do mundo contemporâneo, será reforçado o apoio ao acesso dos jovens a cuidados de saúde, com especial incidência na área da saúde mental. Para tal, prevê-se o fortalecimento do Programa Cuida-te e a reestruturação dos programas Cheque Psicólogo e Cheque Nutricionista, alargando a sua abrangência, simplificando a sua utilização e garantindo maior eficácia na resposta.

Paralelamente, reconhecendo a importância do desenvolvimento integral dos jovens, que inclui a participação cívica, o voluntariado, a mobilidade territorial e o acesso a novas experiências, será mantido e reforçado o apoio às iniciativas do tecido associativo juvenil, promovendo uma maior cobertura territorial e a diversificação da oferta. Pretende-se, assim, consolidar e expandir os programas de apoio do Instituto Português do Desporto e Juventude, bem como potenciar os programas Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade, enquanto instrumentos de mobilidade, intercâmbio e capacitação juvenil.

O objetivo é criar condições sustentáveis e duradouras para que os jovens possam desenvolver e concretizar os seus projetos de vida em Portugal, em plena consonância com a estratégia do Governo para a retenção e valorização do talento jovem.

Cooperação intersectorial nas políticas de juventude

Até ao final de 2025, o Governo irá apresentar a Agenda Nacional da Juventude (ANJ), que se constituirá como o principal instrumento estratégico de coordenação das políticas públicas dirigidas à juventude e que iniciará a sua execução em 2026. A ANJ resulta de um processo participado e colaborativo, envolvendo associações juvenis, estruturas académicas e estudantis e entidades públicas, organizando-se em torno de áreas temáticas centrais, que vão da educação e emprego à habitação, saúde, sustentabilidade, natalidade e inclusão, com o propósito de dar uma resposta integrada aos principais desafios da juventude em Portugal.

Além de definir as prioridades de políticas públicas na transversalidade da vida dos jovens, a ANJ pretende mobilizar toda a sociedade para o cumprimento dos seus Objetivos Estratégicos. Esta agenda será estruturada e desenhada por forma a garantir uma execução simples, mas com impacto; uma monitorização rigorosa, mas eficiente; bem como a possibilidade de atualização periódica das prioridades, em articulação com todas as partes interessadas.

Assim, em 2026, será reforçada a aposta numa abordagem intersectorial e interministerial, assegurando a coerência e complementaridade das políticas públicas dirigidas à juventude.

Desporto

O Governo pretende promover a prática regular de atividade desportiva na população portuguesa e em todo o território, contribuindo para a redução dos níveis de sedentarismo e para a melhoria da saúde pública. É essencial reforçar e qualificar a prática desportiva desde a infância até à idade adulta, promovendo o desporto como instrumento de inclusão social, bem-estar e desenvolvimento humano, bem como valorizar o desporto de alto rendimento como pilar de afirmação de Portugal no mundo. O Governo compromete-se ainda a adotar medidas que assegurem a igualdade de oportunidades na prática desportiva entre mulheres e homens e a reforçar o apoio ao desporto adaptado, promovendo uma participação plena e inclusiva. Será realizado um investimento robusto em programas de investigação e desenvolvimento (I&D) associado ao desporto, estimulada a participação ativa das instituições de ensino superior no desenvolvimento desportivo do país.

Promoção da prática desportiva generalizada

Para promoção da prática desportiva generalizada, o Governo pretende alargar o Programa Nacional de Desporto para Todos, cuja missão é incentivar a prática de atividade física e desportiva não federada, abrangendo todos os cidadãos, em diferentes contextos sociais e geográficos, de forma equitativa e acessível. Com especial enfoque no aumento da participação feminina, na promoção do desporto entre crianças e jovens e no combate à obesidade infantil, no aumento de oferta estruturada e de oportunidades para praticar desporto ao longo da vida, o Governo apresentará e implementará o Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo (PNDD) em Portugal, procedendo à revisão do respetivo enquadramento legislativo e à criação de um novo modelo de coordenação das políticas públicas do setor. Este modelo permitirá clarificar competências, potenciar sinergias e otimizar recursos entre diferentes contextos de prática desportiva (instituições educativas ou militares, clubes, associações e federações, municípios, entre outras) e o desporto dirigido a públicos específicos.

Garantia de condições para a prática desportiva

No âmbito da melhoria das condições de prática desportiva, o Governo desenvolverá um programa de apoio à requalificação de infraestruturas desportivas e reforçará a formação de treinadores e demais agentes desportivos, promovendo padrões de excelência e qualificação do setor.

A qualificação do processo de formação desportiva será uma prioridade. Será disponibilizado às federações desportivas dotadas de utilidade pública desportiva, um programa de certificação para as entidades formadoras desportivas, que permita elevar a qualidade da formação desportiva ministrada, bem como, elevar o nível e qualidade dos serviços disponibilizados pelos clubes desportivos aos seus praticantes.

Promoção do desporto olímpico, paralímpico e surdolímpico

O Governo renova o seu compromisso com o desporto de alto rendimento, reconhecendo-o como um catalisador para atrair jovens para a prática desportiva e um contributo relevante para a formação para a cidadania, saúde pública e o prestígio nacional. Esta aposta permitirá o desenvolvimento de carreiras desportivas, sem comprometer o desenvolvimento académico e profissional dos jovens atletas, sobretudo nas modalidades desportivas com carreiras competitivas de curta duração. Será reforçado o programa de conciliação de carreira dual, as Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na escola (UAARE), bem como, o alargamento deste programa ao ensino superior, cujo projeto piloto está no terreno desde junho de 2024.

Assim, é prioridade do Governo ampliar o programa de esperanças olímpicas e paralímpicas, potenciar a transição de atletas para o programa de Alto Rendimento, reforçar os mecanismos de apoio existentes e intensificar o investimento no programa de preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Los Angeles 2028. O investimento no desporto paralímpico e surdolímpico assume particular relevância, pois promove a participação de pessoas com deficiência na prática desportiva, reforçando a coesão social e promovendo a qualidade de vida de toda a população.

Integridade no Desporto

O Governo reafirma o seu compromisso com o combate a condutas ilícitas no desporto, promovendo a transparência, a ética e a igualdade de oportunidades como valores fundamentais da prática desportiva. Pretende-se garantir a integridade das competições, proteger o bem-estar e a saúde dos atletas e reforçar a confiança pública no sistema desportivo.

Neste âmbito, serão implementadas medidas para promover e proteger valores éticos e a boa governação no desporto, agilizar os processos de responsabilização e punição de comportamentos ilícitos, reforçar a prevenção da violência em contextos desportivos e promover a segurança e o *fair play* nos recintos desportivos.

Igualdade

A igualdade e a não discriminação são pilares essenciais para a construção de um futuro sustentável, equitativo e inclusivo em Portugal. Neste sentido, o Governo compromete-se com o reforço das políticas públicas orientadas pelos princípios constitucionais de igualdade e não discriminação, promovendo uma sociedade mais justa, plural e inclusiva, que proteja e valorize a diversidade.

Promoção da igualdade e não discriminação

O Governo continuará a combater os fatores estruturais da desigualdade, promovendo a igualdade salarial, o equilíbrio na conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional e o combate à segregação horizontal e vertical. Simultaneamente, dará continuidade à implementação das estratégias e medidas para prevenir e combater a discriminação, o racismo e xenofobia.

Neste domínio, continuará a ser implementada a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 - Portugal + Igual, e será realizada uma aposta estratégica na qualificação e formação de públicos estratégicos, nomeadamente dos profissionais e ou outros agentes da Justiça, Administração Interna, Educação, Saúde e Solidariedade e Segurança Social, nos domínios da igualdade e da não discriminação, destinada profissionais da administração pública, do setor privado e da sociedade civil. Serão igualmente reforçadas políticas públicas orientadas para a promoção da liderança das mulheres no mercado de trabalho e o aumento da participação de raparigas e mulheres nas áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), estando previstas ações específicas de formação, orientação vocacional e reconversão profissional, garantindo igualdade de oportunidades ao longo dos percursos educativos e profissionais.

Prevenção da violência doméstica

É prioridade do Governo continuar a fortalecer as políticas de prevenção e combate à violência contra as mulheres, em particular à violência doméstica, ampliando as medidas de proteção, apoio e autonomização das vítimas. Neste âmbito, pretende-se criar uma linha nacional gratuita, multilingue e acessível 24 horas por dia, 7 dias por semana, operada por profissionais especializados, para apoio a vítimas de todas as formas de violência doméstica. Serão também alargadas as respostas de apoio psicológico a crianças vítimas de violência doméstica e melhoradas as condições de acolhimento e proteção das vítimas na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica.

O investimento na resposta a vítimas de violência sexual constitui igualmente uma prioridade Governo, prevendo-se a criação de Centros de Crise para Vítimas de Violência Sexual. Estes centros assegurarão uma resposta imediata, especializada, multidisciplinar e confidencial, adaptada a diferentes perfis de vítimas, incluindo crianças e jovens, e articulada com os serviços de justiça, saúde e apoio psicossocial.

O combate ao assédio sexual, à violência sexual, à violência no namoro, à ciberperseguição, ao ciberassédio e ao discurso de ódio online será igualmente intensificado, reconhecendo a particular vulnerabilidade de raparigas e mulheres.

Combate ao tráfico de seres humanos

No que diz respeito ao tráfico de seres humanos, o Governo reafirma o compromisso de continuar a implementar o Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, com enfoque na prevenção, identificação precoce das vítimas, reforço das capacidades institucionais e melhoria da articulação entre entidades nacionais e internacionais. Prevê-se a consolidação, reforço e qualificação da intervenção da Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico, bem como fortalecimento das forças e serviços de segurança envolvidos no combate a este flagelo.

Entidades da Administração Pública abrangidas

No que diz respeito ao Programa Orçamental 18 – Cultura é constituído pelos organismos e entidades responsáveis pela execução das políticas públicas culturais e pela gestão do património, das artes e da criação artística nacional, bem como pela promoção da leitura, do livro e das bibliotecas. No Programa Orçamental 19 – Juventude e Desporto, salienta-se que o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. e a Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu e Solidariedade partilham as áreas da juventude e desporto. A Comissão para a Cidadania e a Igualdade Género integra a área da Igualdade.

- Academia Internacional da Cultura Portuguesa
- Academia Nacional de Belas Artes
- Academia Portuguesa da História
- Biblioteca Nacional de Portugal
- Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I.P
- Côa Parque- — Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
- Direção Geral das Artes
- Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
- Fundação Centro Cultural de Belém
- Fundo de Fomento Cultural
- Fundo de Salvaguarda do Património Cultural
- Fundo para a Aquisição de Bens Culturais
- Gabinete de Estratégia, Planeamento, e Avaliações Culturais
- Gabinetes dos Membros do Governo do Ministério da Cultura
- Gestão Administrativa e Financeira da Cultura
- Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.
- Inspeção-Geral das Atividades Culturais
- Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E.
- OPART — Organismo de Produção Artística, E.P.E.
- Património Cultural, I.P.
- Plano Nacional das Artes
- Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.
- Teatro Nacional de São João, E.P.E.

- Agência Nacional Erasmus + Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade
- Autoridade Antidopagem de Portugal
- Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- Fundação do Desporto
- Gabinetes dos Membros do Governo - MCJD
- Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P

Tabela 1 – Orçamento das entidades tuteladas pela área governativa[1]

	Orçamento 2026	RI 2026	RP 2026	Outras 2026	PRR 2026
Ministério da Cultura, Juventude e Desporto	**793 572 654**	**242 829 151**	**201 741 135**	**349 002 368**	**220 039 387**
Ministério da Cultura	**638 053 383**	**203 358 078**	**121 982 173**	**312 713 132**	**216 155 332**
Academia Internacional da Cultura Portuguesa	30 000	30 000			
Academia Nacional de Belas Artes	363 576	358 576	5 000		
Academia Portuguesa da História	374 447	352 518	21 929		
Biblioteca Nacional de Portugal	14 113 295	9 039 279	355 000	4 719 016	4 719 016
Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, IP	12 498 735		6 663 500	5 835 235	2 988 900
Coa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Coa	2 624 998		1 603 793	1 021 205	367 995
Direção-Geral das Artes	87 452 893	86 508 222	21 100	923 571	843 776
Direção-Gera do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas	31 461 577	20 264 650	530 716	10 666 211	9 275 040
Estrutura de Missão dos 50.º Aniversário 25 de abril	1 500 000	1 500 000			
Estrutura de Missão Comemoração V Centenário Nascimento de Luís de Camões	1 451 017	1 451 017			
Fundação Centro Cultural de Belém	28 534 267		16 284 267	12 250 000	1 750 000
Fundo Fomento Cultural	29 838 644	15 282 617	14 556 027		
Fundo de Salvaguarda do Património Cultural	97 471 003		2 389 863	95 081 140	95 081 140
Fundo para Aquisição de Bens Culturais	2 000 000	1 500 000	0	500 000	
Gabinete da Ministra da Cultura		0			
Gabinete de Estratégia, Planeamento, e Avaliação Culturais	42 260 091	11 759 576	3 900	30 496 615	29 696 749
Gabinete do Secretário de Estado da Cultura		0			
Inspeção-Geral das Atividades Culturais	5 187 956	3 414 499	1 579 841	193 616	
Instituto do Cinema e do Audiovisual, IP	53 826 300	20 000 000	32 935 000	891 300	
Museus e Monumentos de Portugal, EPE	76 245 233		39 474 820	36 770 413	
OPART - Organismo de Produção Artística, EPE	39 754 668		2 724 387	37 030 281	12 647 549
Património Cultural, IP	78 047 616	26 350 349	478 500	51 218 767	49 395 733
Plano Nacional das Artes	911 201	911 201			
Teatro Nacional D. Maria II	17 120 285		1 355 620	15 764 665	7 619 434
Teatro Nacional de S. João, EPE	10 350 007		998 910	9 351 097	1 770 000
Reserva Orçamental	4 635 574	4 635 574			
Ministério da Juventude e Desporto	**155 519 271**	**39 471 073,00**	**79 758 962,00**	**36 289 236,00**	**3 884 055,00**
Agência Nacional Erasmus + Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade	18 255 320,00			18 255 320	
ANDA	3 741 327,00	3 741 327			
Autoridade Antidopagem de Portugal	1 914 790,00	1 105 230	50 462	14 110	
Autoridade para a Prevenção e Combate à Violação no Desporto	1 172 246,00	981 747	100 000		
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	7 519 655,00	3 182 523		3 657 794	
Fundação do Desporto	959 501,00		944 614	14 887	
Gabinete da Ministra da Cultura, Juventude e Desporto	1 585 325,00	1 487 941			
Gabinete da Secretaria de Estado Adjunta da Juventude e da Igualdade	910 795,00	832 736			
Gabinete do Secretario de Estado da Cultura	1 226 714,00	1 167 673			
Gabinete do Secretario de Estado do Desporto	916 698,00	840 071			
Instituto Português do Desporto e Juventude, IP	105 115 400,00	22 679 172	78 663 886	5 684 565	3 884 055
Programa Escolhas	12 201 500,00	3 452 653		8 662 560	
Reserva Orçamental	0,00	0			

[1] A análise das entidades do MBO Cultura, Juventude e Desporto compreende o orçamento consolidado. Os valores apresentados para 2026 consideram a estimativa de reserva setorial.

Cultura (PO18)

O Orçamento do Estado para 2026 atribui ao Programa Orçamental da Cultura uma dotação de despesa total de 638,1 milhões de euros, superior à estimativa de despesa para 2025 em 21,9%, o que representa um aumento de 40,8 milhões de euros face ao orçamento de 2025, equivalente a um crescimento de 6,8%.

Se considerarmos a base comparável, isto é, excluindo o montante de 4,5 milhões de euros que em 2025 integrava o Programa Orçamental da Cultura (referente a apoios à Comunicação Social e às dotações dos Gabinetes Ministeriais, entretanto transferidos para a Presidência do Conselho de Ministros e para o Programa Orçamental da Juventude e Desporto), o crescimento efetivo é ainda mais expressivo, atingindo +47,8 milhões de euros, ou seja, +8,1% face a 2025.Este reforço orçamental confirma o compromisso do Governo em reforçar progressivamente o investimento na Cultura, com o objetivo de aumentar em pelo menos 50% o orçamento do setor até 2028 face a 2024, o que representará um acréscimo global de cerca de 120 milhões de euros no período. Em 2026, o orçamento da Cultura regista um aumento líquido de 19,3 milhões de euros na base comparável, correspondente a um crescimento de 7,4% face a 2025, e mais 48,8 milhões de euros do que em 2024, traduzindo um crescimento acumulado de 21,2% em dois anos.

O aumento orçamental global demonstra o compromisso do Governo com a continuidade das políticas de desenvolvimento cultural, apostando na modernização das infraestruturas, na preservação do património, na promoção artística e na digitalização dos acervos nacionais.

A Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. regista em 2026 um aumento de 16 milhões de euros, passando de 60,2 milhões em 2025 para 76,2 milhões em 2026, o que representa um crescimento de 26,6%, impulsionado pela aplicação de 8,1 milhões em ativos financeiros, destinados ao projeto de reabilitação do Palácio Burnay. Verifica-se ainda um crescimento significativo das receitas próprias, com um aumento de 5,9 milhões de euros (+28,8%) em vendas e serviços, sobretudo de bilheteira, refletindo a procura e o dinamismo da programação museológica.

O Património Cultural, I.P. apresenta em 2026 um reforço global de 15,2 milhões de euros (+24,3%), passando de 62,8 para 78 milhões de euros, refletindo a prioridade atribuída à proteção e valorização do património nacional. Excluindo o PRR, o orçamento cresce 4,1%, resultado do reforço de pessoal e do aumento das despesas com bens e serviços, destinados à criação das Unidades Patrimoniais Territoriais (UPT) e à gestão do novo ciclo de financiamento dos *EEA Grants*. No âmbito do PRR, estão previstas despesas de 49,4 milhões de euros, correspondentes a 32 intervenções no investimento em Património Cultural e a projetos de modernização tecnológica, digitalização de acervos e criação de visitas virtuais em museus e monumentos. Paralelamente, decorrem e estão planeadas intervenções de reabilitação e salvaguarda em imóveis emblemáticos do património cultural público.

A Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema regista um aumento de 3,5 milhões de euros, subindo de 9 milhões para 12,5 milhões, o que representa um crescimento de 38,8%. Este reforço traduz-se sobretudo em investimentos PRR e em receitas próprias, que totalizam mais de 4 milhões de euros, refletindo a aposta na digitalização e preservação do acervo cinematográfico nacional, na modernização tecnológica das instalações e no reforço das capacidades de exibição e arquivo.

A Fundação Centro Cultural de Belém regista em 2026 um aumento orçamental de 25%, passando de 23,62,8 para 28,5 milhões de euros. O crescimento resulta sobretudo do reforço das receitas próprias, em particular da venda de bens e serviços correntes, refletindo o dinamismo da sua programação cultural e o papel do CCB como centro nacional e internacional de produção e difusão artística. Mantém-se ainda a transferência de 10,5 milhões de euros do Fundo de Fomento Cultural, assegurando estabilidade no financiamento público. A dotação do PRR, no valor de 1,75 milhões de euros, destina-se ao projeto de eficiência energética e modernização das instalações, cujos procedimentos estão em execução, com conclusão prevista até junho de 2026.

A Biblioteca Nacional de Portugal tem um aumento de 2,75 milhões de euros, passando de 11,36 milhões para 14,11 milhões (+24,2%). Este acréscimo resulta sobretudo de atualizações remuneratórias (SIADAP) e do aumento do quadro de pessoal, bem como de investimentos em melhoria das instalações, incluindo uma nova sala de estudo, modernização elétrica, instalação de portas corta-fogo e brisas solares para eficiência energética. No âmbito do PRR, destacam-se a digitalização de 20 milhões de imagens de bibliotecas públicas e a requalificação do Anfiteatro e da Sala de Reservados da BNP, consolidando o papel da instituição na preservação e modernização do património documental nacional.

Apesar do encerramento de projetos financiados pelo PRR, o OPART - Organismo de Produção Artística EPE apresenta um crescimento orçamental de 5,6% excluindo fundos europeus, traduzindo-se num reforço de 1,4 milhões de euros face a 2025. Esta verba será canalizada para projetos de modernização, atividades de digressão e para a adenda ao Acordo de Empresa, atualmente em negociação. O crescimento orçamental visa garantir maior estabilidade às estruturas artísticas, nomeadamente o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado, reforçando a sua capacidade de programação e a presença no território nacional.

O GEPAC - Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais mantém em 2026 um papel central na gestão estratégica e financeira das políticas culturais, sendo o beneficiário intermediário do PRR Cultura na componente da Transição Digital, com pagamentos previstos no valor de 57,3 milhões de euros. Excluindo o financiamento PRR, o orçamento do GEPAC apresenta uma redução líquida de 3,5 milhões de euros, explicada essencialmente pela transferência da responsabilidade pelos apoios à Comunicação Social para a Presidência do Conselho de Ministros, no âmbito da reforma da administração central do Estado. Esta diminuição é parcialmente compensada por um aumento de 1 milhão de euros e um reforço das despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, necessários ao cumprimento das novas atribuições do organismo. O GEPAC integra ainda a contribuição financeira do Ministério da Cultura, no montante de 3,75 milhões de euros, para a iniciativa Évora Capital Europeia da Cultura 2027, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 203/2023, reforçando o seu papel na coordenação de grandes projetos culturais de dimensão nacional e internacional.

O Teatro Nacional de São João regista em 2026 um crescimento de 13,2% no orçamento, excluindo o PRR, refletindo o reforço da programação artística, o aumento dos custos estruturais com a implementação de vigilância permanente e a entrada em vigor do novo Acordo de Empresa, atualmente em fase final de negociação. Este aumento acompanha também um maior volume de investimento, com obras no edifício principal e no Mosteiro de São Bento da Vitória.

A Direção-Geral das Artes reforça em 2026 o seu orçamento em 7,05 milhões de euros (+8,8%), consolidando o papel central na criação e descentralização artística. O aumento apoia o fortalecimento dos programas regulares, a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea e a Rede de Teatros e Cineteatros, ampliando a cobertura territorial. Destacam-se ainda a 2.ª edição do programa Arte e Coesão Territorial, o apoio a entidades de mérito cultural, a criação da Orquestra Regional do Alentejo, bem como a continuidade de programas como o Saber Fazer, as bolsas de aperfeiçoamento e o apoio a projetos internacionais, reforçando a projeção das artes portuguesas no contexto europeu e global.

A DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas regista em 2026 um aumento de 3,86 milhões de euros (+14%), refletindo o reforço de pessoal e das aquisições de bens e serviços decorrente da transferência de novas competências no âmbito da Reforma da Administração Central. Esta reorganização reforça o seu papel na preservação da memória documental e na promoção do livro e da leitura. No âmbito do PRR, concluem-se dois investimentos estruturantes: a requalificação da Torre do Tombo e a digitalização e virtualização de 18,5 milhões de documentos, consolidando a modernização tecnológica e a transição digital do setor.

Registam-se ainda aumentos no Instituto do Cinema e do Audiovisual (500 mil euros; +1%); no Fundo de Salvaguarda do Património Cultural (+2,86 milhões; +3%) e no Fundo de Fomento Cultural (+2,2milhões; +7%). Estes reforços consolidam as políticas estruturais de apoio às artes e à preservação do património, bem como a valorização do livro, da leitura e da criação artística, assegurando a continuidade das políticas públicas de base cultural.

O orçamento da Cultura para 2026 evidencia, assim, um reforço estrutural e estratégico, orientado para:

- A modernização do património cultural e melhoria das condições de conservação e acessibilidade dos museus e monumentos;
- O investimento em digitalização e modernização tecnológica de bibliotecas e arquivos nacionais;
- A valorização do cinema e do audiovisual através de maior investimento na Cinemateca e no ICA;
- A estabilização dos fundos de apoio às artes e à criação artística, assegurando continuidade e previsibilidade aos agentes culturais;
- E a execução consolidada dos fundos do PRR, que permanecem como um dos pilares fundamentais de investimento público na Cultura.

Em síntese, 2026 será um ano de reforço da capacidade cultural do Estado português, de maior investimento na valorização patrimonial e artística e de continuidade nas reformas estruturais do setor.

Cultura (PO18) — Conta do Programa Orçamental

(milhões de euros)

Classificador Económico	2025	2026	Variação (%)	Estrutura 2026 (%)
	Estimativa	Orçamento		
DESPESA				
Despesa corrente	**301,6**	**418,7**	**38,9**	**65,6**
Despesas com o pessoal	101,0	121,0	19,7	19,0
Aquisição de bens e serviços	57,9	102,1	76,3	16,0
Juros e outros encargos			73,7	
Transferências correntes	111,4	123,5	10,9	19,4
Subsídios	29,2	45,3	55,2	7,1
Outras despesas correntes	2,1	26,8	n.r.	4,2
Despesa de capital	**177,6**	**207,0**	**16,6**	**32,4**
Investimento	62,3	85,0	36,4	13,3
Transferências de capital	115,3	122,0	5,8	19,1
Outras despesas de capital				
Diferenças de consolidação	**19,2**			
Despesa efetiva consolidada	**498,4**	**625,8**	**25,6**	
Ativos Financeiros	**25,2**	**12,3**	**-51,2**	**1,9**
Passivos Financeiros				
Diferenças de consolidação de ativos e passivos				
Despesa total consolidada	**523,6**	**638,1**	**21,9**	
Receita total consolidada	**598,3**	**638,1**	**6,6**	
Saldo Orçamental	**74,8**			
por memória:				
	Orçamento 2026			
Receitas de Impostos	203,4			
Receitas Próprias	122,0			
Fundos Europeus	220,4			
Transferências entre entidades	92,3			
Diferenças de consolidação				

Nota: O presente quadro exclui, nas rubricas de juros, transferências, subsídios, ativos e passivos provenientes e destinados a entidades do Programa Orçamental.
Fonte: Ministério das Finanças.

Juventude e Desporto (PO19)

O orçamento total para 2026 ascende a 155,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de 9,1% face à estimativa de despesa para 2025, e um aumento de 14,3 milhões (+10,1%) face ao orçamento de 2025. Este reforço reflete o compromisso do Governo em criar condições que permitam aos jovens desenvolver os seus projetos de vida em Portugal, promover a igualdade e a não discriminação e valorizar o desporto enquanto fator de coesão social, saúde pública e desenvolvimento humano.

O Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) assume em 2026 um papel central na implementação integrada das políticas públicas para os jovens e para o desenvolvimento desportivo. O seu orçamento ascende a 105,1 milhões de euros, traduzindo um reforço de 5,7 milhões de euros (+5,8%) face a 2025. Este aumento decorre, em grande medida, do reforço das receitas próprias provenientes de impostos (+81%) e da consolidação de programas estratégicos de participação, inclusão, bem-estar e valorização do desporto enquanto fator de coesão e desenvolvimento humano.

Entre os principais investimentos, destacam-se:

- O Programa Escolhas, com um reforço de 4,5 milhões de euros (+59%), totalizando 12,2 milhões, dedicado à inclusão social e à igualdade de oportunidades para jovens em contextos vulneráveis;

- O programa ANDA – Conhecer Portugal, que promove a mobilidade e o conhecimento do território nacional;

- O Programa Cuida-te, que reforça a promoção da saúde mental e bem-estar juvenil, com 2,5 milhões de euros em 2025, prosseguindo em 2026 com prioridade na prevenção e promoção da saúde emocional e física.

A Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade tem um aumento de 8,5%, para 18,25 milhões de euros, permitindo alargar a mobilidade internacional e a participação de jovens em projetos europeus, com enfoque na inclusão de jovens com menos oportunidades.

A Fundação do Desporto regista um crescimento de 23%, para 0,96 milhões de euros, reforçando o apoio a projetos de desenvolvimento desportivo, infraestruturas locais e parcerias estratégicas com federações e autarquias.

A Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP), entidade responsável pelo controlo e pela luta contra a dopagem, regista um aumento de 1%, destinado a consolidar a capacidade técnica e operacional e a assegurar o cumprimento dos padrões internacionais de conformidade, com destaque para os programas educativos e de sensibilização sobre desporto limpo.

Por sua vez, a Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD) apresenta um reforço de 2%, com foco na realização da visita avaliativa do Conselho da Europa, no âmbito da Convenção de Saint-Denis, e na expansão dos recursos humanos. A APCVD continuará a promover ações de formação e sensibilização junto de forças de segurança, técnicos municipais, agentes desportivos e público em geral, reforçando a ética, segurança e respeito no desporto.

A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) apresenta um reforço de 1 milhão de euros, alcançando os 7,5 milhões (+15%), assegurando o financiamento da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND) e os planos de ação setoriais nas áreas da igualdade de género, combate à violência doméstica e ao tráfico de seres humanos.

O Governo prossegue, assim, a aposta em políticas públicas que:

- Retêm e valorizam o talento jovem;

- Promovem a igualdade e combatem todas as formas de discriminação e violência;

- Reforçam a prática desportiva, a ética e a saúde pública;

- E consolidam uma governação intersectorial, coerente e sustentável, que aproxima o Estado dos cidadãos e das suas aspirações.

Em síntese, o Orçamento do Estado para 2026 no Programa Juventude e Desporto (PO19) traduz uma estratégia integrada de investimento nas pessoas, centrada nos jovens, na igualdade e na prática desportiva como motores de coesão e progresso social. O reforço orçamental e programático reflete o compromisso do Governo em criar condições efetivas de autonomia e realização para as novas gerações, em promover uma sociedade mais justa e inclusiva e em valorizar o desporto como fator de desenvolvimento humano, saúde pública e identidade nacional.

Juventude e Desporto (PO19) — Conta do Programa Orçamental

(milhões de euros)

Classificador Económico	2025	2026	Variação (%)	Estrutura 2026 (%)
	Estimativa	Orçamento		
DESPESA				
Despesa corrente	**138,8**	**152,6**	**10,0**	**98,1**
Despesas com o pessoal	21,0	26,4	25,9	17,0
Aquisição de bens e serviços	22,2	22,6	1,9	14,6
Juros e outros encargos				
Transferências correntes	94,8	94,4	-0,4	60,7
Subsídios				
Outras despesas correntes	0,7	9,1	n.r.	5,8
Despesa de capital	**2,9**	**2,9**	**-1,1**	**1,9**
Investimento	2,3	1,3	-43,1	0,9
Transferências de capital	0,6	1,6	158,2	1,0
Outras despesas de capital				
Diferenças de consolidação				
Despesa efetiva consolidada	**141,7**	**155,5**	**9,7**	
Ativos Financeiros	**0,9**			
Passivos Financeiros				
Diferenças de consolidação de ativos e passivos				
Despesa total consolidada	**142,6**	**155,5**	**9,1**	
Receita total consolidada	**238,2**	**155,5**	**-34,7**	
Saldo Orçamental	**95,7**			
por memória:				
Despesas por Fonte de Financiamento consolidada	**Orçamento 2026**			
Receitas de Impostos	39,5			
Receitas Próprias	79,8			
Fundos Europeus	31,4			
Transferências entre entidades	4,9			
Diferenças de consolidação				

Nota: O presente quadro exclui, nas rubricas de juros, transferências, subsídios, ativos

Custo das Medidas e fontes de financiamento

Cultura

O Governo tem como compromisso valorizar a cultura como pilar essencial do desenvolvimento humano, social e económico, reconhecendo-a como um direito fundamental e um fator de coesão territorial e identidade nacional. Este compromisso traduz-se num conjunto de medidas que reforçam a criação artística, a preservação do património e a promoção do acesso à cultura em todo o território.

Em 2026, o Fundo de Fomento Cultural totaliza 43,2 milhões de euros, dos quais 6,7 milhões de euros correspondem a novos concursos e iniciativas lançadas neste exercício.

Além disso, entre as principais medidas, destaca-se o reforço dos apoios a projetos de criação artística, no valor de 7,1 milhões de euros, com o objetivo de estimular a criação contemporânea, promover a diversidade cultural e incentivar a circulação de artistas e obras. Este investimento contribui para afirmar a cultura enquanto motor de inovação e coesão social, reforçando igualmente a presença de Portugal em plataformas e eventos internacionais de referência, como a Quadrienal de Praga e as Bienais de Veneza, onde a representação nacional constitui um momento central de projeção e diplomacia cultural.

Tabela 2 – Custo das principais medidas da Cultura para 2026[2]

Medida	Fonte de Financiamento	Custo 2026 (milhões de €)
Medidas e Apoios no âmbito Fundo de Fomento Cultural	Receitas de Impostos/Receitas Próprias	43,2
Concretização do Programa Oficial das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril	Receitas Próprias	1,5
Capital Portuguesa da Cultura – Ponta Delgada 2026	Receitas de Impostos	0,5
Revisão do Regime do Mecenato Cultural	N/a	N/a
Reforço dos apoios a projetos de criação artística (artes performativas, visuais, música, artes de rua)	Receitas de Impostos	7,1
Assinatura de protocolos entre Estado e autarquias para obras em monumentos nacionais e imóveis classificados	Receitas de Impostos	2,0
2.ª edição do Cheque Livro	Receitas de Impostos/Receitas Próprias	2,3
Novos programas de bolsas de criação literária	Receitas Próprias	0,6
Execução das linhas programáticas de Évora Capital Europeia da Cultura 2027	Receitas de Impostos	4,6

[2] A análise das medidas do MBO Cultura, Juventude e Desporto compreende o orçamento consolidado. Os valores apresentados para 2026 consideram a estimativa de reserva setorial.

A execução das linhas programáticas de Évora – Capital Europeia da Cultura 2027 representa um investimento de 4,6 milhões de euros, assegurando a concretização das ações previstas no programa oficial e reforçando a projeção cultural e internacional da cidade e da região, num dos projetos estruturantes da política cultural nacional. No âmbito da promoção da diversidade cultural e territorial, o orçamento prevê ainda uma dotação de 0,5 milhões de euros para a Capital Portuguesa da Cultura – Ponta Delgada 2026, reforçando a dinamização cultural da cidade e o reconhecimento dos Açores.

Com o objetivo de preservar e valorizar o património nacional, serão assinados protocolos entre o Estado e as autarquias, no valor de 2 milhões de euros, destinados a obras de conservação e reabilitação de monumentos nacionais e imóveis classificados, reforçando a cooperação entre o poder central e local e a proximidade das políticas públicas às comunidades.

Na área do livro e da literatura, o Governo promove a 2.ª edição do Cheque Livro, com um investimento de 2,3 milhões de euros, destinado a fomentar hábitos de leitura entre os jovens, e lança novos programas de bolsas de criação literária, no valor de 0,6 milhões de euros, que visam apoiar autores emergentes e projetos inovadores, promovendo a renovação e diversificação da produção literária nacional.

Este conjunto de medidas reflete uma estratégia de investimento cultural sólida e coerente, que visa reforçar a sustentabilidade do setor artístico e patrimonial, estimular a inovação criativa e democratizar o acesso cultural em todo o território nacional.

Juventude

O Governo reafirma, em 2026, o seu compromisso de criar condições que permitam aos jovens desenvolver os seus projetos de vida em Portugal, garantindo que o acesso à educação, ao emprego, à habitação e à saúde se traduza em oportunidades reais de autonomia, estabilidade e realização pessoal. Esta estratégia procura combater a emigração forçada pela falta de oportunidades, reter e valorizar o talento jovem e assegurar a participação ativa das novas gerações na vida económica, social e cívica do País.

Tabela 3 – Custo das principais medidas da Juventude para 2026[3]

Medida	Grupo Fonte de Financiamento	Custo 2026 (milhões de €)
Agenda Nacional da Juventude (ANJ)	Receitas de Impostos/Receitas Próprias	n/a
Programas Cheque Psicólogo e Cheque Nutricionista	Receitas de Impostos	5,6
Isenção de IMT, Imposto de Selo e Emolumentos na compra da 1ª habitação	Receitas de Impostos	86
Garantia pública na compra da 1ª habitação	Receitas de Impostos	n/a
Expansão dos programas Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade	Receitas de Impostos	13,4
IRS Jovem	Receitas de Impostos	525,0
Alojamento Estudantil Já!	Receitas de Impostos	6,2

[3] A análise das medidas do MBO Cultura, Juventude e Desporto compreende o orçamento consolidado. Os valores apresentados para 2026 consideram a estimativa de reserva setorial.

Entre as medidas com maior impacto, destacam-se os programas Cheque Psicólogo e Cheque Nutricionista, com um investimento de 5,6 milhões de euros, que assegura a continuidade e o reforço do acesso a serviços de apoio psicológico e nutricional, simplificando os mecanismos de utilização e garantindo uma resposta mais eficaz e abrangente.

A expansão dos programas Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade, com 13,4 milhões de euros, reforça a mobilidade, o intercâmbio e a participação ativa dos jovens em projetos europeus e internacionais, com especial atenção à inclusão de jovens com menos oportunidades, promovendo uma verdadeira dimensão europeia da juventude portuguesa.

O Governo mantém as medidas de apoio já implementadas, como o IRS Jovem, com um impacto de 525 milhões de euros, que garante alívio fiscal nos primeiros dez anos de carreira ou até aos 35 anos, e a isenção de IMT, Imposto do Selo e Emolumentos na compra da primeira habitação, com um custo estimado de 86 milhões de euros. Estas iniciativas contribuem para facilitar a transição para a vida adulta, reforçar a estabilidade económica e incentivar a fixação de jovens qualificados em Portugal. A estas medidas soma-se a Garantia Pública que facilita o acesso ao crédito e reduz as barreiras financeiras à autonomização.

No domínio do ensino superior, o Programa Alojamento Estudantil Já!, com uma dotação de 6,2 milhões de euros, promove a igualdade de oportunidades, apoiando estudantes de famílias economicamente mais vulneráveis.

A Agenda Nacional da Juventude (ANJ) constituirá, a partir de 2026, o principal instrumento estratégico de coordenação e acompanhamento das políticas públicas dirigidas à juventude. Resultado de um processo participativo e colaborativo, que envolveu associações juvenis, estruturas académicas e entidades públicas, a ANJ organiza-se em torno de áreas temáticas centrais – educação, emprego, habitação, saúde, sustentabilidade, natalidade e inclusão – e visa assegurar coerência entre as diferentes áreas governativas, bem como reforçar a participação dos jovens nos processos de decisão. A ANJ será acompanhada por um modelo de monitorização e atualização contínua, garantindo a eficácia e articulação das políticas públicas de juventude.

Em 2026, as medidas da Juventude representam um investimento global de 19 milhões de euros, reforçado por apoios fiscais e financeiros de maior escala, que totalizam mais de 640 milhões de euros quando considerados os incentivos fiscais e programas complementares. Embora impliquem um esforço financeiro relevante, estas medidas configuram um investimento estratégico no futuro do País: o custo social e económico associado à saída de jovens qualificados seria substancialmente superior ao esforço orçamental atualmente assumido. O Governo mantém, assim, o compromisso em valorizar e reter o talento jovem, promovendo condições sustentáveis e duradouras para a concretização dos seus projetos de vida e contribuindo para um desenvolvimento económico, social e territorial mais coeso, inclusivo e resiliente.

Desporto

Para o ano de 2026, no domínio do Desporto, mantém-se a aposta na promoção da prática desportiva, na valorização dos agentes desportivos e no reforço da competitividade das modalidades nacionais, com especial enfoque na inclusão, na excelência e na preparação de atletas para os grandes palcos internacionais. Estes compromissos ascendem a cerca de 55.3 milhões de euros, refletindo a continuidade e o reforço das políticas públicas de apoio ao desporto, tanto na vertente de base como no alto rendimento.

O montante inclui 1.75 milhões de euros destinados ao Programa Nacional de Desporto para Todos, que visa aumentar a prática desportiva regular da população, promovendo estilos de vida saudáveis e o acesso universal à atividade física. Este programa é complementado pelos apoios destinados aos clubes locais para a promoção de desporto feminino e desporto para pessoas com deficiência.

Paralelamente, prevê-se um investimento de 1 milhão de euros no programa de apoio à requalificação de infraestruturas desportivas, assegurando melhores condições para a prática desportiva em todo o território nacional e a modernização das instalações existentes. Este programa é reforçado pelos apoios destinados aos clubes locais para a promoção de desporto feminino e desporto para pessoas com deficiência.

Adicionalmente, serão mobilizados 1,22 milhões de euros para o reforço da formação e qualificação de treinadores e agentes desportivos, promovendo a valorização profissional no setor.

A Continuidade Territorial, cujos valores de apoio não eram atualizados há mais de uma década, irá permitir maior coesão nas deslocações entre o continente e as regiões autónomas. Esta medida representa um investimento de 4,5 milhões de euros.

As federações desportivas com Estatuto de Utilidade Pública Desportiva terão apoio à organização de eventos internacionais com impacto desportivo, económico e social, no valor de 3.25 M€, especialmente em regiões de baixa densidade populacional.

No que respeita ao desporto de alto rendimento, está previsto um investimento de 6,96 milhões de euros nos programas de preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Los Angeles 2028, garantindo uma planificação antecipada e sustentada da participação portuguesa nestes eventos de referência mundial. Também esta medida será reforçada através dos apoios previstos na RCM de 2024 para a requalificação e apetrechamento dos Centros de Alto Rendimento, Bolsas para jovens esperanças e apoio à Carreira Dual (UAARE).

Tabela 4 – Custo das principais medidas do Desporto para 2026[4]

Medida	Fonte de Financiamento	Custo 2026 (milhões de €)
Medidas extraordinárias de apoio ao desenvolvimento desportivo (65M€ para o período entre 2025-2028)	Receita de Impostos	21
Programa Nacional de Desporto para Todos (PNDpT)	Receitas de Impostos	1.75
Programa de apoio à requalificação de infraestruturas desportivas (PRID)	Receita de Impostos	1
Reforço da formação e qualificação de treinadores e agentes desportivos.	Receitas Próprias/Receitas de Impostos	1.22
Continuidade Territorial	Receitas de Impostos	4.5
Apoio a Eventos Desportivas Internacionais	Receitas de Impostos	3.25
Investimento no programa de preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Los Angeles 2028	Receitas de Impostos	6.96

[4] A análise das medidas do MBO Cultura, Juventude e Desporto compreende o orçamento consolidado.

Em complemento, o Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo (PNDD) constituirá o quadro estratégico de coordenação das políticas públicas desportivas, interministerial, articulando os diferentes programas e investimentos, e garantindo uma abordagem integrada à prática desportiva, à sustentabilidade das infraestruturas e à valorização dos profissionais do setor.

Igualdade

Alinhado com o Programa do Governo, o programa orçamental em matéria de Igualdade para 2026 centra-se na promoção da igualdade de género, na prevenção e combate à violência contra mulheres e violência doméstica, e no reforço das políticas de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Estas iniciativas visam reduzir desigualdades persistentes e garantir respostas mais céleres e eficazes no apoio às vítimas.

Para o ano de 2026, o investimento global da área da Igualdade ascende a cerca de 2,6 milhões de euros, repartidos entre medidas de prevenção, apoio e capacitação. Entre estas, destaca-se a promoção da igualdade salarial e do equilíbrio entre vida pessoal, familiar e profissional, com um investimento de 2 milhões de euros, reforçando os mecanismos de monitorização e incentivo à adoção de práticas laborais justas e inclusivas, em particular nos setores onde as mulheres continuam sub-representadas.

Tabela 5 – Custo das principais medidas da Igualdade para 2026[5]

Medida	Fonte Financiamento	Custo 2026 (milhões de €)
Segurança e Ação Social - Violência Doméstica - Prevenção e proteção à vítima	Receitas de Impostos	31,3
Programa “Violência Doméstica e Baseada no Género”	Mecanismo EEA Grants (2025-2028)	14,1
Criação de uma linha nacional gratuita e permanente 24/7 de apoio a vítimas de violência doméstica	Receitas de Impostos	0,35
Alargamento das respostas de apoio psicológico a crianças vítimas de violência doméstica	Receitas de Impostos	0,22
Promoção da igualdade de género no trabalho, de combate à segregação profissional e da mitigação ao gap salarial de género	Fundos Comunitários (2025-2028)	17,0
Serviços e apoios reforçados à conciliação entre trabalho e vida familiar	Fundos Comunitários (2025-2028)	20,0
Rede Nacional de Apoio às Vítimas de VD e TSH	Fundos Comunitários (2025-2028)	19,3
Ações e programas de combate à violência doméstica e de género e promoção de outras ações no âmbito da cidadania e igualdade de género	Receitas de Impostos	4,0

[5] A análise das medidas do MBO Cultura, Juventude e Desporto compreende o orçamento consolidado.

Adicionalmente, será criada uma linha nacional gratuita e permanente (24 horas por dia, 7 dias por semana) de apoio a vítimas de violência doméstica, com um investimento de 0,35 milhões de euros, assegurando um serviço de resposta imediata, confidencial e acessível em todo o território nacional. Complementarmente, o alargamento das respostas de apoio psicológico a crianças vítimas de violência doméstica, com uma dotação de 0,22 milhões de euros, visa garantir um acompanhamento especializado e reconhecer o impacto profundo da exposição à violência nas fases iniciais do desenvolvimento.

O investimento previsto para 2026 traduz um compromisso firme com a igualdade de género e a proteção das mulheres, refletido no reforço das respostas de prevenção e proteção das vítimas de violência doméstica (31,3 milhões de euros), bem como o alargamento e qualificação da rede de equipamentos e serviços especializados (4 milhões de euros), assegurando uma intervenção próxima, contínua e eficaz.

Em complemento, avançam medidas que promovem a igualdade no trabalho e reduzem a segregação profissional e as desigualdades salariais entre mulheres e homens (17 milhões de euros) e nas políticas de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar (20 milhões de euros), essenciais para assegurar condições reais de participação plena na sociedade.

Estas políticas exigem uma coordenação interministerial e uma abordagem integrada, assegurando que as respostas de prevenção e proteção sejam abrangentes e eficazes. O Governo mantém, assim, o compromisso de promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde mulheres e homens possam exercer plenamente os seus direitos, livres de discriminação e violência.

Observações

Orçamento do Estado